



CADERNO OPINIÃO

PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR PPPS: REDUÇÃO DE CUSTOS PARA OS MUNICÍPIOS, EFICIÊNCIA PARA A SOCIEDADE E MOTOR PARA A ECONOMIA

autor: Samy Dana
dezembro.2016

SOBRE A FGV ENERGIA

A FGV Energia é o centro de estudos dedicado à área de energia da Fundação Getúlio Vargas, criado com o objetivo de posicionar a FGV como protagonista na pesquisa e discussão sobre política pública em energia no país. O centro busca formular estudos, políticas e diretrizes de energia, e estabelecer parcerias para auxiliar empresas e governo nas tomadas de decisão.

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

COORDENAÇÃO DE RELAÇÃO INSTITUCIONAL

Luiz Roberto Bezerra

COORDENAÇÃO OPERACIONAL

Simone C. Lecques de Magalhães

COORDENAÇÃO DE PESQUISA, ENSINO E P&D

Felipe Gonçalves

PESQUISADORES

Bruno Moreno Rodrigo de Freitas
Larissa de Oliveira Resende
Mariana Weiss de Abreu
Renata Hamilton de Ruiz
Tatiana de Fátima Bruce da Silva
Vinícius Neves Motta

CONSULTORES ASSOCIADOS

Cynthia Silveira
Goret Pereira Paulo
Ieda Gomes - Gás
Milas Evangelista de Souza – Biocombustíveis
Nelson Narciso - Petróleo e Gás
Olga Simbalista
Otavio Mielnik
Paulo César Fernandes da Cunha - Setor Elétrico

ESTAGIÁRIAS

Júlia Febraro F. G. da Silva
Raquel Dias de Oliveira



OPINIÃO

PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA POR PPPS: REDUÇÃO DE CUSTOS PARA OS MUNICÍPIOS, EFICIÊNCIA PARA A SOCIEDADE E MOTOR PARA A ECONOMIA

Samy Dana
Professor da Fundação Getúlio Vargas,

No supermercado, o valor cobrado por uma lâmpada de LED é bem superior ao preço das lâmpadas convencionais incandescentes ou fluorescentes. A diferença assusta o consumidor final, que vem deixando a iluminação convencional ao longo dos anos, mas ao custo de muita resistência. De fato, o investimento que é feito com a compra da lâmpada mais eficiente mostra seu retorno em função da alta durabilidade da tecnologia e do menor consumo de energia elétrica residencial.

Eficiência energética nada mais é do que a relação entre a quantidade de energia empregada para realizar uma atividade e a energia que, de fato, é disponibilizada. No caso da iluminação doméstica, por exemplo, a conta de luz chega muito mais barata porque uma lâmpada de LED de 7W tem o mesmo

potencial de iluminação de uma incandescente de 60W, ou seja, são 53W economizados por hora e uma economia de quase 90%, segundo informações da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco). Além disso, a vida útil também é bem maior. As lâmpadas de LED duram aproximadamente 25 vezes mais do que as lâmpadas incandescentes e três vezes mais do que as lâmpadas fluorescentes.

E se em casa é possível economizar tanto com a troca pelas lâmpadas eficientes, imagine o impacto dessa economia no País como um todo. Em tempos de crise econômica e escassez de recursos, é preciso pensar em alternativas eficientes a longo prazo, que auxiliem os governos na tarefa de gastar menos e que sejam benéficas ao meio ambiente. Neste sentido, uma alternativa, que surge como solução, são as Parcerias Público-Privadas - PPPs.

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu, por meio de resolução, que a responsabilidade pela iluminação pública passa a ser dos governos municipais. Naquele período, houve muita polêmica justamente pela falta de recursos de muitas prefeituras - mas a resolução entrou em vigor. Neste sentido, as PPPs merecem uma atenção especial por parte dos municípios com dificuldades de recursos, tendo em vista que o modelo, quando bem estruturado, é menos dispendioso e mais eficiente.

De acordo com informações do Observatório das Parcerias Público-Privadas, somente com iluminação pública, os principais municípios do Brasil consomem mensalmente o equivalente a uma turbina da Usina de Itaipu. Além disso, o mesmo observatório defende que o modelo de iluminação pública atual é totalmente defasado. De um modo geral, as lâmpadas funcionam à base de vapor de sódio e mercúrio, combinação altamente nociva para o meio ambiente. A troca pelas lâmpadas de LED é benéfica porque representa ganho

em vida útil em relação às de mercúrio e vapor de sódio, além da economia de energia.

De um modo geral, quando o poder público arca com a totalidade dos custos da iluminação pública, é preciso investir em obras, o município fica 100% responsável por todo o custeio do projeto e implementação - e esses custos podem acabar variando -, ou seja, o risco para os cofres municipais é significativo.

Com a PPP, por outro lado, o poder público tem a possibilidade de compartilhar os riscos de um grande projeto com o parceiro do setor privado. Além disso, há a vantagem do projeto e a implantação serem desenvolvidos por gestores especializados, com uso de tecnologia mais avançada e, conseqüentemente, prestação de serviço mais eficiente. O investimento feito ao longo do tempo é amortizado com infraestrutura - o que representa menor desembolso por parte dos governos no curto prazo. De um modo geral, o custo é menor, os resultados tendem a ser melhores e a surgirem com mais rapidez do que se estivessem somente sob a responsabilidade dos municípios.

Em Belo Horizonte, por exemplo, toda a iluminação pública da capital será refeita por meio de uma PPP executada por quatro empresas. Neste ano está sendo feito o trabalho de mapeamento das 178 mil lâmpadas da cidade, sendo que a troca está prevista para começar no primeiro trimestre do ano que vem. A estimativa da prefeitura é de que a reposição completa por lâmpadas de LED seja concluída em um prazo de cinco anos. De um modo geral, a estimativa é de que haja uma economia de 45% para o município.

Campos dos Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro, é outro município que adotou o modelo e vem sendo tomado como exemplo por outras cidades. Além dos fatores já citados, as lâmpadas de LED podem representar mais segurança para a população. Elas iluminam um perímetro

maior em relação às outras lâmpadas e os postes podem ser equipados com um sistema inteligente de monitoramento. Cada vez que uma lâmpada estiver com defeito, um alerta automático é enviado para uma central para que os reparos sejam feitos.

Por fim, não podemos negar o potencial que essas

PPPs também têm para gerar um círculo virtuoso de crescimento no País. São projetos de longo prazo, sólidos e com potencial para trazer vultosos investimentos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Ao mesmo tempo em que os investimentos surgem, a sociedade ganha em eficiência de consumo, o meio ambiente agradece e os municípios gastam menos.



Samy Dana. Professor da Fundação Getúlio Vargas, comentarista do programa Conta Corrente (Globo News) e do telejornal Hora 1 (rede Globo). É também colunista do Portal G1 de notícias, da Época Negócios e da Rádio Globo. Possui mestrado em economia e doutorado em administração, além de ser Ph.D. em Business. Samy possui mais de 15 anos de experiência em consultorias e apresentação de palestras. É autor de vários livros ligados a finanças, economia e negócios. Entre os mais conhecidos estão as obras "Seu Bolso", "Em busca do Tesouro Direto" e "Finanças Femininas".

*Este texto foi extraído do Boletim de Conjuntura do Setor Energético - Dezembro/2016.
Veja a publicação completa no nosso site: fgvenergia.fgv.br*



fgv.br/energia

